



PSICOFOBIA: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS PRECONCEITOS SOFRIDOS POR PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Gládys Tinoco Corrêa

Grupo de Pesquisa em Neuropsicologia
da Clínica de Medicina Integrativa – TAU
gladys_bio19@hotmail.com

Lycia Helena Santos Coimbra

Grupo de Pesquisa em Neuropsicologia
da Clínica de Medicina Integrativa – TAU
lyciacoimbra@gmail.com

Rita de Cássia Ellen Silva Serra

Grupo de Pesquisa em Neuropsicologia
da Clínica de Medicina Integrativa – TAU
cassiaserra21@gmail.com

Gilberto Sousa Alves

Universidade Federal do Maranhão
gsalves123@hotmail.com

Cândida Helena Lopes Alves

Universidade Federal do Maranhão
candida.alves@ufma.br

RESUMO

A saúde mental é um assunto que está cada vez tomando proporção, especialmente na mídia. Isso se deve a uma maior ampliação de conhecimento na área da psicologia e psiquiatria, que aos poucos vai desvelando a mente humana e propondo melhores tratamentos para pacientes que antes costumavam ser negligenciados. No entanto, há algumas décadas, a saúde mental era vista como algo aversivo, as informações eram escassas para se ter um entendimento, provocando visões estereotipadas. Por esse motivo, os transtornos mentais como depressão e ansiedade não existiam, quando de fato, não eram expostas tão abertamente como na atualidade. Daí a importância de buscar compreender a importância sobre a estigmatização relacionada aos transtornos mentais e seus tratamentos. Tendo como objetivos específicos: Apresentar o percurso histórico do preconceito, trazendo o entendimento acerca da doença mental/loucura; Discutir como o preconceito promove a exclusão social, laboral e o afastamento da busca por tratamento; e Analisar as ações para o combate ou enfrentamento da psicofobia: conscientização, criminalização. Este capítulo é fruto de um estudo bibliográfico

realizado através das plataformas de pesquisas: SciElo, PePSIC e Google Acadêmico. Quanto aos descritores empregaram-se termos como “psicofobia”, “transtornos mentais” e “preconceito”. Por fim, a seleção resultou em 20 estudos que foram incluídos devido a sua compatibilidade com o tema abordado neste trabalho. Posteriormente, houve a análise da literatura na íntegra. Sendo expostos a interpretação dos dados como resultados deste artigo. Portanto, conclui-se que as discussões sobre esse tema permitem que a popularização desmitifique preconceitos às pessoas em adoecimento mental.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Preconceito. Psicofobia.

ABSTRACT

Mental health is an issue that is increasingly taking place, especially in the media. This is due to a greater expansion of knowledge in the area of psychology and psychiatry, which gradually unveils the human mind and proposes better treatments for patients who used to be neglected before. However, a few decades ago, mental health was seen as something aversive, information was scarce to have an understanding, causing stereotyped views. For this reason, mental disorders such as depression and anxiety did not exist, when in fact, they were not exposed as openly as they are today. Hence the importance of seeking to understand the importance of stigmatization related to mental disorders and their treatments. Having as specific objectives: To present the historical course of prejudice, bringing the understanding about mental illness/madness; Discuss how prejudice promotes social and labor exclusion and distancing from seeking treatment; and Analyze actions to combat or face psychophobia: awareness, criminalization. This chapter is the result of a bibliographic study carried out through the research platforms: SciElo, PePSIC and Google Scholar. As for the descriptors, terms such as “psychophobia”, “mental disorders” and “prejudice” were used. Finally, the selection resulted in 20 studies that were included due to their compatibility with the topic addressed in this work. Subsequently, there was an analysis of the literature in full. Being exposed the interpretation of data as results of this article. Therefore, it is concluded that discussions on this topic allow popularization to demystify prejudices against people with mental illness.

KEYWORDS: Mental health. Preconception. Psychophobia.

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais estão cada vez mais presentes na vida dos indivíduos, visto que milhões de pessoas tem apresentado algum tipo de doença mental na atualidade. Pesquisas apontam que cerca de 450 milhões de pessoas padecem de transtornos mentais ou do comportamento, representando 4 das 10 principais causas de incapacitação em todo o mundo (Mota, Silva, & Amorim, 2020). No Brasil não é diferente, estima-se, de acordo com relatório publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que 23 milhões de brasileiros sofrem de transtornos mentais, por conta disso o país é considerado o mais ansioso do mundo e ainda encontra-se em quinto lugar na lista dos países mais depressivo das Américas.

Embora muito se tenha avançado em termos de combate ao estigma, distanciamento e medo direcionado a doença mental ao longo dos séculos, ainda existe um longo percurso que deve ser percorrido (Gomes & Pereira, 2017). Com esse

intuito foi instituído o termo Psicofobia pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). O termo cunhado pela ABP possui como significado o preconceito contra portadores de transtornos mentais e tem sido utilizado com o objetivo de conscientizar sobre o duplo sofrimento de tais indivíduos. Duplo, pois se refere ao sofrimento não somente do transtorno mental como também do preconceito sofrido por apresentar tal condição psicológica (Giupponi, 2021).

Com o intuito de compreender a complexidade da mente humana, diversos profissionais como médicos e cientistas veem desenvolvendo e aperfeiçoando os conhecimentos sobre a saúde mental, uma vez que se tornou um tópico extremamente importante a ser discutido (Rébuli, 2022).

Embora os transtornos tenham se tornado cada vez mais comuns, ainda existem muitos estigmas relacionados a eles, bem como à terapia. Esses preconceitos dificultam a busca por tratamentos psicológicos que são essenciais, não apenas para aqueles que possuem alguma doença, mas também para os que têm uma saúde mental instável. Uma mente enferma influencia a saúde do corpo e só assim muitas pessoas acabam por entender a importância de receber ajuda de profissionais (Oliveira, 2022).

Através da história, os transtornos mentais foram categorizados por diferentes tipos de denominações, preconceitos e estigmas. A visão do sofrimento psíquico foi produzido e naturalizado pela sociedade ocidental contemporânea como um objeto de intervenção da ciência, principalmente, a medicina.

Nesse paradigma, o sofrimento psíquico passou a ser chamado de doença mental, com quadros nosológicos claramente delimitados. Assim, o objetivo final, ou seja, a cura, raramente escapa à ideia de readaptação à sociedade, a um mundo do qual ele não faz parte ou ao qual se mostra estranho (Aguiar & Costa, 2022). Portanto, o presente artigo tem por objetivos: apresentar o percurso histórico do preconceito, trazendo o entendimento acerca da doença mental/loucura; discutir como o preconceito promove a exclusão social, laboral e o afastamento da busca por tratamento; e analisar as ações para o combate ou enfrentamento da psicofobia: conscientização, criminalização.

2 METODOLOGIA

Optou-se, neste trabalho, pela realização de uma revisão sistemática, que consiste na busca de dados na literatura sobre um tema definido, dados esses relatados por outros pesquisadores em suas pesquisas; permitindo sintetizar um conjunto de evidências para responder uma pergunta específica (OLIVEIRA; PEDRON, 2021). Sendo uma pesquisa de caráter exploratório cujo principal objetivo, como aponta Marconi e Lakatos (2003), trata-se de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.

Na busca por estudos relacionados ao tema abordado por esta revisão de literatura foram consultados em Portal Eletrônico de Periódicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Google Acadêmico. Para tanto, os seguintes descritores foram utilizados: psicofobia, preconceito e transtornos mentais. Em seguida, realizou-se uma seleção criteriosa dos artigos encontrados através da leitura dos títulos e resumos que deveriam estar em consonância com os critérios de inclusão. Quando isto não foi suficiente, causando dúvidas quanto à pertinência da inclusão, foram também analisados introdução e resultados. Sendo consultadas, também, as referências bibliográficas desses artigos de modo a identificar estudos adicionais.

Como critérios de inclusão, utilizou-se: 1) Artigos publicados em língua portuguesa e inglesa; 2) Estudos disponíveis na íntegra gratuitamente; 3) Artigos que estivessem no campo das ciências da saúde mental. Foram excluídos artigos cujos objetivos eram incompatíveis com o tema deste trabalho, aqueles em que o preconceito contra pessoas com transtornos mentais não fosse o tema principal, assim como os resultados duplicados. Posteriormente, houve a análise dos estudos através da leitura na íntegra dos mesmos. Por último, os dados foram sintetizados e interpretados e serão expostos como resultados deste artigo nas próximas seções.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRANSTORNOS MENTAIS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Independentemente do século XXI ser o século da informação, a sociedade continua a perpetuar um forte estigma em relação aos transtornos mentais. Junto a

tecnologia, a ciência aperfeiçoou-se, mas infelizmente, a sociedade não parece ter sido capaz de acompanhar essa evolução. O estigma criado sobre os transtornos da mente não é algo recente, ele subsiste desde séculos passados (Oliveira, 2022).

No final da Idade Média, as estruturas de exclusão social passam a ser ocupadas pela figura do louco. Apesar disso, ainda não é nesse momento histórico que a loucura vai ser percebida como um fenômeno que requeira um saber específico, pois os primeiros estabelecimentos criados para circunscrever a loucura destinavam-se simplesmente a retirar do convívio social as pessoas que não se adaptavam a ele (Aguiar & Costa, 2022).

Posteriormente houve a apreensão do fenômeno da loucura como objeto do saber médico, caracterizando-o como doença mental e, portanto, passível de cura. Nesse período conhecido como o Século das Luzes, a razão ocupou um lugar de destaque, onde através dela que o homem pode conquistar a liberdade. Também ocorreu a valorização do pensamento científico e é em meio a esse contexto que ocorre o surgimento do hospital como espaço terapêutico (Rébuli, 2022).

No entanto, é preciso ter cuidado ao relacionar esse acontecimento a uma ótica humanitária e altruísta. A medicalização do hospital não se deu objetivando uma atividade positiva sobre o doente ou a doença, mas serviu para desempenhar uma anulação dos efeitos negativos do hospital. O modelo hospitalar, para garantir seu funcionamento, necessitava da instauração de medidas disciplinares que viessem garantir a nova ordem. Assim, surge a delimitação desse espaço físico, onde tornaram-se fundamentais os princípios de vigilância constante e registro contínuo, de forma a assegurar que nenhum detalhe escape a esse saber (Oliveira, 2022).

Dentro desse espaço esquadrihado, percebe-se o afastamento do indivíduo de suas relações exteriores, uma institucionalização das relações lá existentes, tornando-se um mundo à parte. O discurso que alimenta esse sistema discorre que em função de sua “doença” as pessoas acometidas por algum tipo de transtorno mental não conseguem conviver de acordo com as normas sociais, assim são percebidos como loucos, como seres perigosos e inconvenientes. Retira-se, então, desse sujeito todo o saber acerca de si próprio e daquilo que seria sua doença, ao mesmo tempo em que se delega esse saber ao especialista (Aguiar & Costa, 2022).

Somente no período pós-guerra começam a surgir, em vários países, questionamentos quanto ao modelo hospitalocêntrico, apontando para a necessidade de reformulação. Dessa forma, desponta um cenário propício para o surgimento dos

movimentos reformistas da psiquiatria na contemporaneidade. Alguns desses movimentos, como por exemplo o da reforma italiana, colocavam em questão o próprio dispositivo médico psiquiátrico, no que diz respeito ao conceito de doença mental, uma vez que passou a ser desconstruído para dar lugar a nova forma de percepção a loucura enquanto existência/sofrimento do sujeito em relação com o convívio social (Costa & Faria, 2021).

No Brasil, a reforma psiquiátrica encontra seus principais fundamentos teóricos nessa concepção, propondo-se a seguir a visão teórica adotada na reforma italiana. Entretanto, vale ressaltar que o processo histórico do lidar com a loucura no Brasil tiveram peculiaridades que o distinguem bastante daquele observado na Europa (Machado, 2020; Mezza & Torrenté, 2020).

Com a chegada da Família Real, a atenção específica ao doente mental no Brasil teve início; em virtude das várias mudanças sociais e econômicas ocorridas fez-se necessário o uso de medidas de controle para que se pudesse ordenar o crescimento das cidades e das populações. Entre essas medidas houve a criação de um espaço que recolhesse das ruas aqueles que ameaçavam a paz e a ordem social, Tal momento histórico serviu posteriormente para a criação do primeiro hospício brasileiro, em 1852 (Machado, 2020).

Nos marcos conceituais desse processo, destacam-se a ênfase na atenção integral e o respeito à cidadania, onde finalmente o processo saúde/doença mental foi compreendido e desenvolvido dentro de uma relação com a qualidade de vida. Atualmente, essas conquistas não têm se dado de forma homogênea por todo país. Entretanto, observa-se significativo avanço na implantação das propostas da reforma psiquiátrica brasileira (Mezza & Torrenté, 2020).

3 PSICOFOBIA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DO SUJEITO

O preconceito direcionado aos transtornos mentais tem deixado suas marcas na vida de pessoas portadoras destes desde suas primeiras manifestações nesses indivíduos. Isso porque a loucura, antes compreendida como parte da natureza humana, passou a ser encarada como nociva a integridade da sociedade (Pedro et al., 2018). A partir daí, seus portadores eram considerados ameaçadores por serem agressivos, levando os profissionais de saúde a decidir por acorrentá-los e confiná-

los em celas fortes, se amparando na alegação de que o isolamento possuía a capacidade de curá-los de suas mazelas (Santana, 2021).

Os estigmas, crenças e representações preconceituosas sustentam o processo de naturalização da exclusão de pessoas acometidas por transtornos mentais. Eles contribuem para a desqualificação desses indivíduos, acarretando ainda mais sofrimento a estes (Wanderley, 2014). Como afirmam Pereira e Gomes (2017), a estigmatização da loucura faz com que o sujeito com transtorno mental perca sua cidadania, sofra preconceito e seja segregado pela sociedade. Desse modo, ficam excluídas de seus direitos de cidadania em todas as esferas da vida social.

Brito e Catrib (2014) assinalam que o indivíduo portador de transtorno elabora suas representações sobre a própria condição psíquica com base nas representações associadas a esta que já possuía antes de ser acometido pelo transtorno, e nas já existentes no seu contexto social. Isso demonstra que os conteúdos presentes no meio social e cultural têm sua responsabilidade na forma como o sujeito olha para si. Dessa maneira, crenças auto-estigmatizantes surgem quando os pacientes endossam e internalizam os preconceitos e os estereótipos negativos relacionados a possuir uma doença mental (Leão & Lussi, 2021).

É sabido que a exclusão leva os sujeitos acometidos com transtornos mentais a se sentissem inferiorizados e envergonhados de si mesmos (Silva & Marcolan, 2018). O estudo de Martins et al. (2018) corrobora com esta afirmação ao demonstrar que pacientes portadores de esquizofrênia apresentam sentimento de frustração, tristeza e vergonha relacionado ao transtorno. Um outro trabalho demonstrou que cerca de um terço da descontinuação da medicação se deve à decisão do paciente motivada pela auto-estigmatização. A não adesão prejudica o tratamento, atuando como fator de risco para a manutenção de sintomas e recaída (Laranjeira et al., 2021).

O estigma quando internalizado apresenta um amplo conjunto de efeitos adversos, que incluem: profunda adversidade psicológica, percepções de desvalorização, estresse, menor qualidade de vida, desesperança, adaptação social prejudicada, apoio social limitado e perda de renda (Caqueo-Urizar et al., 2019). Desse modo, quando os pacientes se estigmatizam, sua autoestima, autoeficácia e crença nos efeitos benéficos dos serviços psiquiátricos diminuem, enquanto seus sentimentos de desesperança aumentam (Uhlmann et al., 2014).

O sentimento de inadequação, provocado pelo preconceito, se torna um grande problema no que diz respeito à busca de ajuda por pessoas com dificuldades de saúde

mental. Visto que sujeitos estigmatizados acabam por antecipar a desvalorização e discriminação de outros, levando-os a fazer uso de mecanismos de enfrentamento prejudiciais, como sigilo ou retraimento (Link, 1989 como citado em Mascayano, Armijo & Yang, 2015). Um estudo realizado com pacientes da atenção primária apontou que quando questionado aos usuários se a psicofobia atrapalha o tratamento, sete dos dez entrevistados afirmaram que sim (Pereira & Gomes, 2017).

Por conseguinte, o auto-estigma consiste numa barreira para que os pacientes com transtornos mentais recebam assistência médica precocemente, ocasionando um período de tratamento e recuperação mais longos (Fernandes & Ventura, 2018). O estigma destrói a autoestima desses indivíduos e por isso, muitos desistem de lutar por assistência adequada, ou não se submetem ao tratamento indicado, ou ainda, deixam de se envolver em atividades sociais como a escolarização, por medo da discriminação que poderão sofrer (Martins et al., 2019).

Além de fazer com que os indivíduos com transtornos mentais sintam vergonha de si mesmos, a exclusão ocasionada pela psicofobia agrava o quadro psicopatológico em razão do aumento da carga emocional resultante dos traumas. Como efeito, esses sujeitos podem reagir em relação ao seu meio social de forma negativa, isolando-se (Gomes, 2018). Silva e Marcolan (2018) afirmam ainda que o temor pela desmoralização leva a esquiva de situações ou ambientes produzindo estresse ou comorbidade, prejudicando as ações de enfrentamento que os sujeitos com transtornos mentais poderiam executar.

A psicofobia é responsável por abalar até mesmo as relações do indivíduo para com seus familiares, visto que o preconceito também é internalizado pela família. Segundo Nascimento et al. (2015) algumas famílias não estão preparadas para estarem envolvidas no processo de reabilitação do familiar portador de transtornos mentais e, em vez de auxiliarem, acentuam o sofrimento, contribuindo para a manifestação do preconceito e estigma. Os familiares passam a se relacionar com o indivíduo de modo superficial e muitas vezes acabam por se retirar do contato social, abandonando a relação (Sales, Barros & Santos, 2019).

O afastamento da família rompe com uma importante fonte de suporte para o indivíduo acometido com transtornos mentais. Tisott et al. (2019) destaca que os familiares de pessoas com transtorno mental desempenham papel importante no alívio de sobrecargas emocionais destes. A família funciona como cuidadora, auxiliando na busca por tratamento, no enfrentamento de entraves que surgem com a

doença, nas relações com o ambiente social, bem como na luta contra o preconceito. Por essa razão, a família é fundamental na qualidade de vida desse indivíduo, atuando como forte rede de apoio (Vieria et al., 2018).

Observa-se que os resultados do preconceito se manifestam em outros âmbitos da vida desses sujeitos. Silva e Marcolan (2018) salientam que os portadores de transtornos mentais enfrentam inúmeras dificuldades para o acesso ao mercado de trabalho devido ao estigma, afetando a retomada a suas carreiras profissionais e crescimento dessas. Circunstância essa que também perturba à saúde mental. A atividade profissional se configura como aspecto importante para a inclusão social, portanto, os obstáculos erigidos a ela atuam como fortes mecanismos de exclusão (Santos & Carvalho-Freitas, 2018).

4 RESULTADOS/DISCUSSÃO

4.1 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À PSICOFOBIA

Após a realização desta revisão de literatura é visível o impacto que a psicofobia tem na vida das pessoas.

A elaboração do presente tema é discutido nas campanhas, a fim de incentivar o combate ao preconceito através de relatos que são cotidianamente ouvidos por pessoas que sofrem de diferentes transtornos mentais. Ademais, não se trata apenas de proporcionar uma conscientização sobre a existência e identificação do preconceito para quem pratica tais discursos, mas também influenciar no reconhecimento de quem possui esse tipo de sofrimento (Associação Brasileira de Psiquiatria [ABP], 2011).

Dessa forma, o dia 12 de abril foi considerado o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia. A Associação Brasileira de Psiquiatria realiza todos os anos, campanhas nas mídias para o combate ao preconceito, sendo idealizada pela ABP e aprovada pelo Senado Federal em fevereiro de 2016 (Silva & Hora, 2022). Sendo assim, buscam promover uma resposta emocional, apesar de que a eficácia desse tipo de abordagem não seja colocada em questão ou comprovada, é relevante compreender as intenções de cada criação de tais campanhas, que emoções buscam estimular e a promoção do combate a psicofobia (Lupton, 2015).

Nas campanhas se utiliza das emoções para desenvolver a comoção no público alvo e conseqüentemente uma transformação positiva no seu modo de atuar no ambiente. A comunicação em saúde é realizada sob medida para o grupo alvo a que se destina, buscando a

conscientização e a mobilização tais públicos com estratégias específicas de comunicação, estipulando assim, uma compreensão mais assertiva por parte de quem recebe a mensagem (Guttman & Salmon, 2004). No entanto, ao mesmo tempo que a essa estratégia pode estimular uma mudança no seu público, também pode reforçar certas relações de poder e estereótipos (Giupponi, 2020).

De acordo com o autor supracitado, é importante destacar que para a campanha tenha êxito, o testemunho deve ser associado às emoções para que possa gerar engajamento nas redes sociais, através do seu poder de viralização, alcançando de forma rápida toda população. Porém, ainda que sem voz de ação, a campanha se torna eficiente na mobilização emocional, o que se provou pela sua capacidade de expansão no ambiente virtual, revelando assim, que está de acordo com o pensamento ativista dos envolvidos na luta por direitos.

Outra estratégia de combate à psicofobia é o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2014 que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, para tornar frequente o crime contra aos indivíduos com deficiência ou transtorno mental, consiste em pena de até três anos para a prática de injúria contra pessoas com transtorno mental. No entanto, o projeto ainda está em fase de processamento no Senado Federal, tendo como autoria do Senador Paulo Davim. (Lobo, 2015).

Vale ressaltar que, a educação torna-se aliada nesse enfrentamento ao preconceito, a despertar autonomia, através da promoção de uma razão crítica e conseqüentemente, podendo ser possível, um respeito à distinção, que a nosso ver, consistiria à uma alteração no sentido de oferecer resiliência às regras convencionalmente dadas que afetam a imagem do outro, como agressivo, incapaz e doente. Trazendo cada sujeito para ocupar seu espaço dentro do mundo, indo de encontro à sua identidade. (Cardoso, 2012).

Entretanto, o combate efetivo ao estigma é dado partir do momento em que houver a maior frequência de campanhas informativas de conscientização e políticas públicas com objetivo de educar e informar a sociedade quanto à natureza, ao grau e a interferência dos males que o preconceito provoca nas pessoas com transtornos mentais, a romper com mitos e incentivar a comportamentos mais funcionais (Maciel, 2012).

Discute-se ainda a criação desses tipos de programas surgiu através de algumas modificações nas propostas pela Reforma Psiquiátrica, apesar de que, mesmo consolidadas, elas não garantem a superação dos ideais e práticas manicomiais que somente será possível a partir do comprometimento dos profissionais, das famílias e a destituição do legado manicomial através da desconstrução urgente do conhecimento social sobre a forma de ver e compreender o transtorno mental (Bressan, 2015).

Portanto, acredita-se que as definições e preconceitos devem passar por alterações severas por parte da sociedade e do sistema de saúde mental. O pensar e a forma de cuidar as pessoas com transtornos mentais devem passar pelo processo de transformações. Apenas assim, que esses indivíduos serão vistos como seres humanos dignos de integridade e respeito de viver em sociedade com suas limitações respeitadas pelos seus semelhantes (Silva & Hora, 2022).

5 CONCLUSÃO

O presente artigo apresentou um breve estudo histórico e uma análise desde o tempo em que existia diversas denominações para as pessoas com algum tipo de transtorno mental até a contemporaneidade com o aparecimento do termo psicofobia e assim, da dominância de pensamentos psicofóbicos por parte de uma população o que favorece o poder e a exclusão, bem como as tentativas atuais de combate ao preconceito e desconstrução de uma ideologia totalmente distorcida do corpo social (Silva & Hora, 2022).

A psicofobia é um tema muito delicado, em que sua luta procura reivindicar os direitos básicos de um ser humano, como não ser ignorado por sua própria condição de adoecimento mental, as sugestivas abordagens para a comunicação devem ser filtradas, uma vez que a campanha é construída em torno de emoções provocadas pelo sofrimento do preconceito. Como foi discutido neste artigo, essa é uma estratégia comumente utilizada em propagandas de saúde. Contudo, é relevante reforçar que o modo como as emoções são transmitidas na campanha, de forma estereotipada, podem reforçar padrões de comportamento e relações de poder (Giupponi, 2020).

Portanto, essa discussão vem sendo trabalhado pra que ocorra o mais brevemente possível essa mudança de paradigmas. Assim, as campanhas e os outros meios de enfrentamento se mostrarão úteis, em especial, na questão de trabalharem a desmistificação da psicofobia, uma vez que é um assunto tão importante e que por muitos anos se passava de forma camuflada entre a sociedade. Dessa forma, observa-se que cabe à nós mesmos disseminar a oferta de acolhimento ao próximo, ao invés do preconceito e da desatenção (Silva & Hora, 2022).

REFERÊNCIAS

Aguiar, N. A., & Costa, R. A. (2022). Os caminhos da loucura: Recortes sobre o papel do louco e os cuidados em saúde mental na história. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Brazilian Journal of Mental Health*, 14(38), 74-90.

Associação Brasileira de Psiquiatria. (2011). Psicofobia [Blog]. Recuperado de <https://www.psicofobia.com.br/>.

Bressan, V. R. (2015). Estratégias de desinstitucionalização. *Rev. Psique Ciênc. Saúde*, (103), 50-53.

Caqueo-Urizar, A., Boyer, L., Urzúa, A., & Williams, D. R. (2019). Self-stigma in patients with schizophrenia: a multicentric study from three Latin-America countries. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 54(8), p. 905-909.

Cardoso, A. S. (2012). A educação especial e inclusiva na perspectiva da dignidade humana. *Revista Em Tempo*, 11, 11-26. doi: 10.26729/et.v11i1.330.

Costa, P. H. A., & Faria, N. C. (2021). “E agora, José”? Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica brasileiras na encruzilhada. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(4), 1-21. doi: 10.1590/S0103-73312021310412.

Fernandes, R. H. H., & Ventura, C. A. A. (2018). O auto-estigma dos usuários de álcool e drogas ilícitas e os serviços de saúde: uma revisão integrativa da literatura. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 14(3), 177-184.

Giupponi, L. (2021, agosto). Combate à Psicofobia: a Conscientização do Preconceito Através de Testemunhos e Emoções. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 43.

Gomes, D. R. A. S. (2018). Estigma internalizado em pacientes com transtorno de humor e fatores associados (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Laranjeira, C., Querido, A., Moreira, M. I. F., Tribovane, M. A., & Fernandes, R. P. (2021). Auto-estigma numa amostra de adultos portugueses com doença mental. In F. F. S. Freire (Org.), *Serviços e Cuidados em Saúde* (pp. 12-22). Ponta Grossa: Atena.

Leão, A., & Lussi, I. A. O. (2021). Estigmatização: consequências e possibilidades de enfrentamento em Centros de Convivência e Cooperativas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25, 1-17. doi: 10.1590/interface.200474.

Lobo, H. (2015). Psicofobia Pode Virar Crime? [Site - Jusbrasil]. Recuperado de <https://lobo.jusbrasil.com.br/artigos/338367100/psicofobia-pode- virar-crime>.

Machado, C. V. (2020). A Reforma Psiquiátrica Brasileira: caminhos e desafios. *Saúde em Debate*, 44(Esp.), 5-8. doi:10.1590/0103-11042020E300.

Maciel, S. C. (2012). Reforma Psiquiátrica no Brasil: a poucas reflexões. *Cad. Bras. Saúde Mental*, 4(8), 73-82. doi: 10.5007/cbsm.v4i8.68654.

Martins, A. C. R., Almeida, D. A., Ferreira, N. C. L. Q., Rosa, W. A. G., Lenza, N. F. B., & Zeferino, M. G. M. (2018). Percepção do enfermeiro na Atenção Primária sobre as pessoas com esquizofrenia. *Revista de Iniciação Científica da Libertas*, 8(1), 87-107.

Martins, D. M., Ribeiro, E. A. Neto, & Oliveira, L. S. (2019). A inclusão de alunos com transtorno mental na educação de jovens e adultos no Brasil: um diálogo intersetorial no campo das políticas públicas.

Mascayano, F., Armijo, J. E., & Yang, L. H. (2015). Addressing stigma relating to mental illness in low-and middle-income countries. *Frontiers in psychiatry*, 6(38), 1-4. doi: 10.3389/fpsyt.2015.00038.

Mezza, M., & Torrenté, M. D. O. N. (2021). A Reforma Psiquiátrica Brasileira como luta pelo reconhecimento e progresso moral. *Saúde em Debate*, 44(3), 235-249. doi: 10.1590/0103-11042020E320.

Mota, C. A., Silva, A. K. L., & Amorim, K. (2020). Prevalência de transtornos mentais comuns em servidores técnico-administrativos em educação. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 891-898, 2020.

Oliveira, G. (2022). Saúde mental–tabus referentes aos transtornos mentais. *Revista Internacional d’Humanitats*, 7(esp.), 54-55.

Organização Mundial de Saúde. (2010). Relatório de Saúde mental e desenvolvimento. Recuperado de http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2010/mental_disabilities_20100916/en/index.html.

Pedro, J. R. S. (2018). “Eu não sou louco”: posicionamentos identitários em relatos de usuários de um centro de atenção psicossocial (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.

Pereira, L. F., & Gomes, K. M. (2017). O olhar do paciente do CAPSII sobre a psicofobia. *Revista de Extensão*, 2(1), 128-140.

Rébuli, F. V. Segundo (2022). Uma outra história da loucura: uma era de ouro do diagnóstico. *Dialética*.

Salles, M. M., Barros, S., & Santos, J. C. (2019). Relacionamentos familiares de pessoas com transtornos mentais: processos de exclusão e inclusão social. *Revista Enfermagem UERJ*, 27(e26923), 1-7. doi: 10.12957/reuerj.2019.26923.

Santana, A. T. B. (2021). Desinstitucionalização e reabilitação psicossocial: um estudo baseado no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de Salvador, Bahia. (Dissertação de Mestrado). Universidade Salvador, Salvador, BA, Brasil.

Santos, J. C., & Arvalho-Freitas, M. N. (2018). Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 184-197.

Silva, A. C. F., & Hora, V. L. A. (2022). Psicofobia: enfrentando os transtornos mentais e o preconceito no Brasil. *Caerno Discente*, 6(1), 1-10. Recuperado de <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/view/826>.

Silva, T. C. M. F., & Marcolan, J. F. (2018). Preconceito aos indivíduos com transtorno mental como agravado do sofrimento. *Rev. enferm. UFPE on line*, 12(8), 2089-2098.

Tisott, Z. L., Schneider, J. F., Nasi, C., Freitag, V. L., Ramos, A. Junior, & Mattioni, G. L. (2019). Família e redes de apoio social: uma revisão de literatura. Congresso Internacional em Saúde, Ijuí, RS, Brasil, 6.

Uhlmann, C., Kaehler, J., Harris, M. S. H., Unser, J., Arolt, v., & Lencer, R. (2014). Negative impact of self-stigmatization on attitude toward medication adherence in patients with psychosis. *J Psychiatr Pract*, 20(5), 405-410. doi: 10.1097/01.pra.0000454787.75106.ae.

Vieira, L. R. F. (2018). O papel da família ao paciente de transtorno mental: uma revisão de literatura (Monografia de Graduação). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, Brasil.

Wanderley, M. B. (2014). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão* (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.